

O conhecimento local: produção, desafios e embates

Sueli Goulart

Este texto¹ é fruto do convite recebido para participar do evento “A Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais em Minas Gerais: discutindo especificidades”, realizado em junho de 2016, em Belo Horizonte, sob a coordenação do professor Luiz Alex Silva Saraiva, na UFMG e do I Encontro de Pesquisadores em Estudos Organizacionais no Sul do estado do Rio Grande do Sul, também promovido pela mesma Sociedade, no mesmo ano, em Pelotas, coordenado pelo professor Márcio Silva Rodrigues, na UFPel.

Chamada a falar sobre a produção local de conhecimento, escolhi percorrer um caminho a partir de desafios e embates interpostos a esta tarefa para, ao final, reafirmar a imperiosa necessidade de enfrentá-los e o compromisso e engajamento necessários para cumpri-la.

¹ Este texto foi produzido, originalmente, para apresentação oral nos eventos aqui citados.

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 05 | N. 12 | ABRIL | 2018 | ISSN: 2358-6311



Este texto foi, então, produzido em vista da ideia de que a realidade, a nossa realidade, a realidade de cada um, está imersa em contextos próprios, singulares e, por isso mesmo, extremamente ricos como experiências de compreensão, de registro e de produção de conhecimento e, especialmente, de comprometimento social de pesquisadores e estudantes dos Estudos Organizacionais. Os convites foram decorrentes, provavelmente, do que tenho desenvolvido ao longo de minhas atividades de pesquisa e ensino e que reflete minha formação, minhas experiências e convivências com outros pesquisadores e pesquisadoras, estudantes, colegas e, naturalmente, minha vivência.

Graduada em Biblioteconomia, as questões vinculadas à produção, registro e disseminação do conhecimento sempre ocuparam grande espaço em minha atividade profissional. A formação em pós-graduação vinculada aos Estudos Organizacionais e a vivência profissional em universidades públicas também são constitutivos dessa vivência e das reflexões que venho fazendo no âmbito de um eixo de pesquisa que chamo de Organização para a produção e acesso ao conhecimento: concepções em disputa. Nele tenho produzido trabalhos a respeito da produção do conhecimento, seu registro e disseminação, como é o caso de textos que discutem o acesso aberto, por exemplo; e a respeito das universidades

brasileiras, entendendo-as como lócus dessa produção, incluindo o tema do acesso ao ensino superior².

Como pensar sobre isto, fora do marco do quantitativismo, ou da análise de abordagens? Não para buscar neutralidade; muito ao contrário: para explicitar posições, conhecer e intervir na realidade; engajar-se em lutas. Porque, afinal, é isto o que fazemos, assumindo ou não.

A preocupação com a produção do que, naqueles eventos, se chamou de conhecimento local é recorrente em nossa área. Dito desta forma parece que temos, de fato, uma grande preocupação em conhecer e intervir em nossa realidade.

Entretanto, uma breve busca sobre esta questão, vai nos remeter a estudos bibliométricos, análise de autores usados, predominância de abordagens, língua dominante etc. Isto é, grande parte de nossa preocupação está voltada para as publicações e não necessariamente sobre o seu conteúdo e sua conexão com problemas reais.

² Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq.

Algumas vezes, se tenta trazer o tema da produção local para discussão fora deste diapasão, como é o caso de um dos editoriais da RAE (Tonelli, 2016), importante revista de nossa área. Com o título de: Novamente a questão do lugar: local, global ou glocal?, o texto se inicia tratando o tema sob a perspectiva dos editores de periódicos e coloca os seguintes dilemas: os periódicos nacionais devem “publicar temas de interesse local [ou] produzir conhecimento para uma ciência universal?; “atender à crescente pressão para publicação em língua inglesa [ou] é ainda necessário o aprimoramento das pesquisas e artigos em português? A editora coloca também a preocupação sobre como “atrair artigos de pesquisadores brasileiros talentosos quando estes, por pressão de suas instituições, precisam publicar em periódicos internacionais” (Tonelli, 2016, p. 265).

As possíveis soluções para os dilemas se voltam, comumente, para a necessidade de “aprimoramentos”: a relação entre os Programas de Pós-Graduação e as agências de fomento; a necessidade de pesquisas com “rigor científico”; a adoção de “boas práticas de pesquisa” e a produção de conhecimento que atendam “aos interesses locais, à produção de conhecimento universal, em benefício do bem comum” (Tonelli, 2016, p. 265).

Será que já está tudo combinado com todos, ou, com os *stakeholders*, como são chamados por Tonelli aqueles que “sustentam o sistema”?

De que rigor estamos falando? O que são boas práticas? Quem são os interessados locais, como atender à produção de conhecimento universal? Aquele número da revista apresenta artigos nesta direção. Mas, o dilema permanece...

Em um texto produzido em 2005, juntamente com a profa. Cristina Carvalho e a profa. Jaqueline Amantino-de-Andrade (Carvalho, Goulart & Amantino-de-Andrade, 2005), abordamos algumas destas questões, mostrando que, na maioria das vezes, terminávamos por encontrar na "internacionalização" a solução para todos os nossos problemas no campo da produção do conhecimento. Sim, porque lá, no universo internacionalizado, nos seriam exigidos o rigor teórico e metodológico; lá, no "internacional" está o que queremos ser; ou devemos ser, para adentrarmos o primeiro mundo desenvolvido. Lá, os interessados locais somos nós mesmos; interessados em nos inserir no circuito mundial da produção acadêmico-científica para termos reconhecida a qualidade de nossa produção.

Depois de mais de 10 anos daquele texto, vejo que o incentivo e, de fato, a exigência para a internacionalização se aprofundaram, com os vários mecanismos postos em andamento pelos programas de pós-graduação, universidades, pela CAPES e pela indústria do periódico científico.

A internacionalização, à moda de uma *abertura para o mercado externo* sempre tão exigida na economia dependente, chegou de vez no campo da produção do conhecimento. Por quê? Parece uma coisa tão banal esta que fazemos, de produzir conhecimento... Ainda mais nesta área disciplinar...

É mesmo e será sempre banal para nosso País, para nosso lugar, se a nossa preocupação for prioritariamente formal; ou seja, voltada para o cumprimento de normas institucionais, de metas para avaliação, progressão etc. Para romper este círculo defendemos, naquele texto, que precisávamos nos livrar da internacionalização subordinada; aquela que capitula frente a editais, temas, teorias e métodos exógenos, à moda do que tão bem já nos mostrou Guerreiro Ramos (Carvalho, Goulart & Amantino-de-Andrade, 2005).

Em seu livro *A Redução sociológica*, Guerreiro Ramos defendeu, muito didaticamente, que a literatura estrangeira deveria ser subsidiária para o entendimento de nossa realidade; mostrava o quanto nos desviamos de temas e problemas importantes para nosso País, quando adotamos os temas e problemas valorizados em países estrangeiros.

Exemplificava com a preocupação que acadêmicos estadunidenses tinham com o controle social, pois, naquela sociedade, o baixo grau de integração tornava este

tema “um desafio permanente”. Aquela preocupação e atenção permitia a constituição de uma sociologia “operativa e funcional” respondendo “a uma exigência do meio” e colocava “à disposição da coletividade conhecimentos que pode utilizar para fins de autopreservação” (Guerreiro Ramos, 1996, p. 77). Mas, aquela não seria, nas décadas de 1950-1960, a mesma preocupação para o Brasil pois a situação objetiva em nossa sociedade exigia atenção a outros assuntos. E enfatizava:

[...] enquanto a *exigência do 'controle social'* supõe o interesse em anular as tensões, conservando a estrutura já estabelecida, a *solução dos antagonismos fundamentais da atual sociedade brasileira* requer antes a mudança na qualidade de sua estrutura. [...] Os antagonismos essenciais da sociedade brasileira são atualmente os que se exprimem na polaridade, 'estagnação' e 'desenvolvimento', representados por classes sociais de interesses conflitantes, e ainda 'nação' e 'anti-nação', isto é, um processo coletivo de personalização histórica contra um processo de alienação. Outras contradições que não se enquadram nestes termos são, no momento, secundárias (Guerreiro Ramos, 1996, p. 78-79, grifos do autor).

Igualmente, questionava a adoção de técnicas de investigação, como o caso do uso de escalas estrangeiras para a aferição do consumo alimentar no Brasil, pois “*são necessárias escalas brasileiras de consumo, embora devam ser obtidas à luz dos mesmos*

princípios científicos gerais de que se serviram os técnicos estrangeiros" (Guerreiro Ramos, 1996, p. 82, grifos do autor).

É certo que essa adesão nos facilita a vida, em vista da produtividade que nos é exigida. A profa. Cristina Carvalho e o Prof. Marcelo Vieira já denunciavam em 2003 que

Fazemos uso do pensamento dominante porque é mais facilmente aceito sem precisar de tanto esforço e, principalmente, de tanto tempo para o tornar legítimo, para o fundamentar. Ele já o é pela construção ativa a partir de pólos e pessoas legitimadas no campo e, pela repetição generalizada que construiu o consenso. Assim, a academia, pelas normas que se impôs, está nos conduzindo a sermos fabricantes de uma ciência dócil (Carvalho & Vieira, 2003, p. 186).

Precisamos deixar de lado o que Carlos Nelson Coutinho (inspirado em Lukacs, que por sua vez se inspirou em Thomas Mann) chamou de 'intimismo à sombra do poder'. Quero, com esta imagem identificar, aquele pesquisador cooptado "pelo regime social que o mantém" (Coutinho, 2011, p. 21), aí incluídas as regras; os critérios; os *rankings* que contemporaneamente regem a produção acadêmico-científica. Esse intimismo nem sempre significa a defesa intransigente do sistema,

mas pode levar ao isolamento frente aos problemas locais; que nos circundam; que circundam o povo (esta palavra/categoria tão desprezada na academia).

Como sair dos embates e desafios e passarmos à ação produtiva, local e socialmente referenciada? Não seria mais apropriado (à la Guerreiro Ramos) que, ao invés da busca e da oferta de cursos sobre como publicar em *top journals* buscássemos compreender nossa realidade e produzir a partir de nossos problemas concretos? Isto implica saber claramente quem somos. Compreender nossa formação econômico-social e o modo como nos articulamos ao desenvolvimento do capitalismo mundial pode nos permitir compreender também nossa ação reprodutora ou transformadora no campo da produção do conhecimento e, por aí, subvertermos as regras do jogo, como falamos no artigo citado, apresentado ao EnANPAD em 2005.

A inspiração bem pode vir de nossa tradição intelectual, daquilo que compreendemos como o Pensamento Social Brasileiro, aquele conjunto de produções que, desde José Bonifácio, ou quem sabe até antes, tem como preocupação central os nossos problemas, a nossa formação econômica, social, cultural, política. Desde entender como se constituir em nação, sendo um país escravocrata até como nos afirmarmos como o povo novo, de Darcy Ribeiro, “na mais bela e luminosa província da Terra” (Ribeiro, 2009, p. 411).

Para mim, é dali que tiramos as mais fecundas pistas para pensar sobre a produção de conhecimento local. Por quê? Porque, em suas diferentes abordagens e orientações tinham o País como problema. Em um evento promovido pelo Centro Celso Furtado, sua viúva, Rosa Freire D'Aguiar, expressou, muito singelamente que, se tivesse que ter ciúmes de alguma coisa em relação a ele, teria que ter ciúmes do Brasil; porque era pensando sobre o Brasil que ele, com frequência, perdia noites de sono...

É, então, buscando inspiração no Pensamento Social Brasileiro que faço algumas interpelações aos Estudos Organizacionais, a nós, que habitamos este campo e nele produzimos. Tendo como foco a produção de conhecimento local, vou tentar fazer um caminho da indiferença para o engajamento, inspirada numa provocação feita em evento organizado pelo professor Paulo Emílio Matos Martins, na Universidade Federal Fluminense, um dos pioneiros e grande inspiração para minha aproximação do Pensamento Social Brasileiro. Indiferença seria algo como o intimismo, citado acima e tudo o mais que ele engendra: o individualismo, o produtivismo, o academicismo. Sabemos todos, mais ou menos, o que é. Por isso, vou me dedicar ao engajamento que é, para mim, o pressuposto para a produção de conhecimento local.

Antes de prosseguir, quero demarcar que uso a palavra engajamento no sentido de compromisso que tem o intelectual e sua responsabilidade no mundo. Compromisso no sentido afirmado por Paulo Freire em seu belo texto “O compromisso do profissional com a sociedade” (Freire, 1993).

Em minha aproximação ao Pensamento social brasileiro, esta ideia ficou evidente. Dentre os inúmeros autores, textos e personagens que busquei estudar, como Celso Furtado, Milton Santos, Manoel Bomfim, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Lima Barreto, Euclides da Cunha, Florestan Fernandes etc., saltaram-me aos olhos as suas atitudes diante da realidade nacional, ainda que em diferentes aspectos ou abordagens.

E é a partir destas inspirações que farei as interpelações aos Estudos Organizacionais, como área e a nós todos que nela trabalhamos e nela ajudamos a construir isto que ela é. E começarei com uma que me parece central: como a área reflete e busca respostas para os grandes temas nacionais (e locais), como saúde, educação, fome, pobreza, desenvolvimento e tantos outros? Ou, de outra maneira, que análises ou respostas oferecemos aos problemas concretos do povo, de nosso lugar? Como nossa área, como conjunto de produtores culturais, intervém, participa da vida nacional e local, oferecendo às organizações e às

demais áreas disciplinares, um corpo de conhecimento construído em pesquisas aprofundadas, socialmente relevantes, politicamente engajadas?

Tomo engajamento intelectual como a articulação imanente entre pesquisa científica e intervenção política; ou, produção de conhecimento na perspectiva da transformação social. Não estou, neste momento, preocupada com a precisão do termo “intelectual”; embora esteja, em alguma medida subjacente a concepção gramsciana, que entende o âmbito do trabalho intelectual também como um espaço em que se desenvolve a luta pela hegemonia e leva em conta a função que os intelectuais exercem nessa luta. Estou aqui considerando que compomos uma área disciplinar que se pretende científica e que formalmente integra o universo das ciências sociais aplicadas; ou seja, tem implicações sobre a realidade. Mas que realidade é esta que nós, integrantes da área, enxergamos, problematizamos? É a realidade organizacional das corporações em sua relação com o ambiente? É a realidade das organizações públicas que atendem a uma gama muito diversificada de “clientes” e que precisa adotar as mais eficientes ferramentas de gestão e de controle de modo a não aumentar as despesas públicas? Não seria demasiado estreito pensar assim?

Afinal, com todas as limitações que a formação e o trabalho acadêmico tem no Brasil, somos integrantes de uma pequena parcela – aquela que alcançou não só

os bancos das universidades, mas os seus títulos mais cobiçados e, por isso, temos compromissos a cumprir com o País e com o povo.

Estes aspectos – de nosso compromisso intelectual real com o País – são muito bem informados em nossa tradição. E é a ela que vou recorrer para clarear nossa memória e aclarar os comprometimentos de nossa atitude – de engajamento ou de indiferença...

Não poderia deixar de citar Manoel Bomfim, o brilhante intelectual sergipano que, em 1903, enfrentou o colonialismo de intelectuais brasileiros do início do Século XX que queriam definir e modelar para o Brasil um povo em tudo herdeiro dos costumes e da cultura da metrópole, inclusive suas justificativas para a condição de miséria da população (Bomfim, 2005). Para Manoel Bomfim tudo o que se escrevia sobre nós, brasileiros, não passava de sentenças condenatórias ao nosso modo de vida, à suposta inferioridade racial de povos mestiços, à nossa preguiça congênita. Penetrando o “nevoeiro das aparências”, desmascarou o parasitismo ibérico e suas consequências – para os parasitas e para os parasitados. Pioneiro e destruidor dos argumentos “científicos” sobre a superioridade racial, engajado, porque comprometido com a formação autodeterminada da nação brasileira, viveu o ostracismo intelectual, sendo chamado de “o rebelde esquecido” no subtítulo do belo livro de Ronaldo Aguiar

(Aguiar, 2000). Até no campo dos estudos críticos, ele esteve esquecido por muito tempo.

Não poderia ser mais inspirador o seu resgate para o mundo das ideias. Darcy Ribeiro encontrou o livro América Latina: males de origem, de autoria de Manoel Bomfim, em uma biblioteca em Montevideo, em seu período de exílio, quando estava produzindo os Estudos de antropologia da civilização, os primeiros traços do que viria a constituir a sua Teoria sobre o Brasil (Ribeiro, 2005).

Entusiasmado com a radicalidade de Manoel Bomfim, Darcy Ribeiro aprofundou seu interesse e sua luta por uma América Latina livre e autodeterminada. Assim aprofundava-se o enorme engajamento intelectual de Darcy Ribeiro e a assunção de compromisso com os temas e problemas brasileiros, constantemente presentes em sua vida e obra.

Dentre seus tantos *fazimentos*³, vou me restringir ao seu pensamento sobre a Universidade, porque nos toca bem de perto e contribui para fundamentar nossa reflexão sobre o engajamento intelectual. Como intelectual engajado que foi, suas

³ Expressão usada por ele próprio, por se entender como um “híbrido de intelectual e fazedor”, “um homem de fazimentos” (<http://www.fundar.org.br>).

concepções sobre a universidade muito informam sobre o compromisso dos intelectuais com os problemas do País.

Seu diagnóstico de que, no início dos anos 60, precisávamos de uma “universidade-semente” (Ribeiro, 1986, p. 4), capaz de gerar o desenvolvimento que o País não tinha, é um indicador claro de sua concepção de universidade e da função que tem os que por ali passam. A Universidade de Brasília (UnB) foi então criada, sob sua liderança, para “reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país” (UnB, 2016). No texto *Universidade, para quê?* (discurso por ocasião da posse de Cristovão Buarque na reitoria da UnB em 1985), Darcy Ribeiro pergunta: “Que universidade nossa discute as causas do atraso em suas cátedras, como uma questão fundamental? Que universidade toma esses temas como sua causa? Todo o saber acumulado nelas é fiel ao povo que as subsidia para formar e manter as cabeças mais brilhantes?” E afirma: “[...] precisamos ser claros no debate permanente das funções e dos deveres da universidade para com o povo” (Ribeiro, 1986, p. 14).

Podemos, nós dos Estudos Organizacionais, não nos envolvermos neste debate? Teremos nós alguma contribuição a dar? Penso que temos. E muitas vezes não as damos porque estamos encolhidos no conforto da autocensura, este tipo de tributo

que alguns consideram imprescindível ao status científico que desejam para as áreas em que trabalham. Ou, ao já citado intimismo. Isto na melhor das hipóteses. Porque, no mais das vezes, o que vemos é de fato um estranhamento, uma espécie de alheamento aos problemas concretos que dizem respeito ao povo.

Será porque consideramos que organizar é necessidade exclusiva das organizações formais, privadas ou públicas que, separadas da totalidade social por artifício analítico (o ambiente) nada tem a dizer sobre os problemas da sociedade? Estariam as organizações e seus estudiosos imersos, no sentido que atribui Paulo Freire, a um estar no mundo sem nele se inserir? Ou sem com ele se comprometer?

Que espécie de reflexão estamos produzindo em nossa área disciplinar? Como intelectuais, que função cumprimos? É certo, estamos quase que permanentemente em salas de aula, professores e estudantes, envolvidos em pesquisas, projetos, TCCs, orientações... Pois é este justamente o espaço de nosso engajamento, além de tantos outros que sejamos capazes de construir. Mas, para isso, precisamos renunciar ao silêncio autoimposto, à nossa falta de opinião sobre tudo; à nossa pretensão de cientificidade a partir da falácia da neutralidade. Interpelando-nos mais diretamente: quais são as barreiras ou os limites

estabelecidos para a área sobre determinados temas? Quem as constrói? Por quê? A que e a quem servem estas delimitações?

Foi também na aproximação ao Pensamento Social Brasileiro que vi um dos momentos mais emblemáticos do que pode a Universidade fazer para o País, para os lugares. Sérgio Arouca, o grande sanitarista, cujo conceito de saúde era simplesmente a melhoria de vida da população esteve, durante toda a sua vida acadêmica, nas universidades em que trabalhou, envolvido com a produção da Reforma Sanitária Brasileira, embrião do que viria a ser proposto como o Sistema Único de Saúde (o SUS), na Constituição de 1988. A narrativa de como foram se constituindo os grupos, os movimentos em torno daquele projeto, colocam em destaque um conjunto de pesquisadores que, estando em universidades, algumas delas extremamente vinculadas à ditadura empresarial-militar, como a própria Unicamp, onde estava Arouca, atuou junto a prefeituras, bairros periféricos, para identificar e analisar problemas de saúde coletiva e iniciar as experiências organizacionais pioneiras (Arouca, 1988; Conasems, 2007).

E tantos outros, não só no campo acadêmico, mas também aos intelectuais militantes, como a obra marcadamente nacional-popular de Lima Barreto ou de Graciliano Ramos, somente para exemplificar.

Ou seja, não é estranho produzir conhecimento no/do local. Temos tradição nisto. É verdade, uma tradição pouco referida, pouco chamada em nossos cursos mas, sempre disponível e fértil. Também quero deixar claro que não sou xenófoba nem nacionalista. Partilho do internacionalismo como movimento de solidariedade humana entre povos; mas não da internacionalização como estratégia geopolítica de dominação, ou, submissão, dependendo de onde se fala, ou de onde se internacionaliza. E menos ainda da internacionalização como parâmetro preponderante para a qualidade de nossa produção de conhecimento. Não podemos desconhecer que estamos imersos no sistema do capital, onde tudo é ou se transforma em mercadoria. A produção de conhecimento, gerada em sua maioria nas Universidades Públicas, sabemos, tornou-se o espaço por excelência da matéria-prima empacotada pelos grandes *players* da indústria editorial. Basta ver que os mecanismos criados em 1955, por Garfield, para controle e divulgação da produção acadêmico-científica hoje é propriedade do maior grupo de informações do mundo – o grupo Thomson Reuters, que produz o *Web of Science* e o JCR, referência para medir a produtividade da ciência brasileira. Não podemos ignorar o volume de recursos financeiros que ajudamos a movimentar.

O incentivo para a internacionalização apenas aprofunda o paradoxo em que estamos imersos, sob a lógica da produtividade, ou, da indiferença. Pois, como sabemos,



Aqui, [...] é o Estado que financia a educação dos novos cientistas, desde seu início até a obtenção dos graus mais altos, seja em instituição nacional ou estrangeira. Uma vez formado e já pesquisando, normalmente em uma universidade também mantida pelo Estado, sua pesquisa é frequentemente financiada pelas agências de fomento federais ou estaduais, vale dizer, de novo dinheiro público. Terminada a pesquisa, sua divulgação em reuniões e congressos será de novo financiada pelo Estado. Finalmente, a publicação em revista indexada poderá também receber auxílios dos cofres públicos, pois em algumas áreas as editoras cobram dos autores por página publicada. Ao publicar em uma revista, é hábito o autor ceder às editoras o direito autoral sobre o artigo. Uma vez publicada, entra em cena de novo o Estado, financiando as bibliotecas para sua compra (Mueller, 2006).

Para se ter uma ideia do volume de recursos envolvidos, em 2016 os gastos com o Portal de Periódicos da CAPES alcançaram R\$ 357,5 milhões de reais para um total de 37.786 títulos de periódicos em textos completos e 128 bases de dados e resumos, além de outros materiais, como bases de patentes, teses e dissertações, etc. (Brasil, 2017), ali incluídos os de acesso aberto, em tese, sem custos financeiros. Também não podemos nos esquecer de que grande parte de nós estamos vinculados ao que Gramsci (2007) chamou de aparelho privado de hegemonia e que, neste aparelho, também a hegemonia está em disputa. Ou, o lócus

privilegiado de produção de conhecimento é a Universidade; ela mesma um campo de luta pela hegemonia cultural, de determinados projetos de conservação ou de transformação das relações sociais.

Então, o jogo está em andamento. Podemos subvertê-lo e produzir conhecimento local exatamente porque estamos comprometidos, engajados com a humanidade e o acervo universal de conhecimento. Não se trata de se subordinar a uma lógica de internacionalização mas de ser internacionalista no sentido de oferecer, de expor as nossas experiências, peculiares ou não, mas sempre situadas, pertinentes e socialmente referenciadas.

Carlos Drummond de Andrade, que trabalhou no governo Vargas e ao mesmo tempo nos deu os revolucionários versos de A Rosa do Povo e tantos outros, lembrava que não se pode confundir “servir sob uma ditadura” com “servir a uma ditadura”, como registrou Coutinho (2011). Podemos, com licença ao poeta, fazer uma analogia e não confundirmos trabalhar sob os critérios da CAPES, do Qualis, e o crivo do Lattes, com trabalhar para os critérios da CAPES, do QUALIS e do Lattes.

Ou, como a professora Maria Ceci e eu dissemos em outra ocasião

Apesar da fetichização da produção acadêmica e da força institucionalizada/institucionalizadora de organizações como a CAPES, o CNPq e a própria ANPAD, a atividade intelectual permanece vigente em nossos espaços de trabalho e, mais que isto, a organização e a ação política constituem-se em possibilidades que cabe a nós tornar realidade (Misoczky & Goulart, 2011).

Assim é que penso a produção local de conhecimento como ato de engajamento. A realidade está em nós, nós a vivemos e a construímos em todos os espaços em que estamos. Como reconhecê-la como potência capaz de nos fazer refletir e contribuir com a produção de conhecimento e de transformação social, a partir de nosso canto no mundo?

Vitor Ramil, compositor, cantor e escritor de Pelotas (RS), em certa altura de sua carreira, já em fase de consolidação e vivendo no Rio de Janeiro, voltou-se para a experiência do seu lugar, guardada em seu imaginário. Ao refletir sobre sua produção artística e seu contexto cultural e social, Vitor Ramil se colocou naquele lugar, falou a partir de sua vivência e apresentou a sua “estética do frio”. E perguntou: de que modo aquele que não sabe exatamente quem é vai convencer os outros a respeito de si mesmo?

Será que esta mesma pergunta não cabe a nós, pesquisadores/estudantes dos Estudos organizacionais? Podemos cobrar de nós, assim como fez Vitor Ramil a si próprio, algo como uma espécie de “estética do frio”? O estímulo pode ser muito promissor. Vitor Ramil é, com sua estética, um dos artistas brasileiros que frequentemente transita pelo mundo. De suas quase-moradas Buenos Aires ou Montevideo à Europa ou ao Japão. Internacional, exatamente por ter se embebido no e do local. Amalgando brasilidade e gauchismo (no sentido lato), sem se isolar e sem ceder, faz uma afirmação que pode nos inspirar: “não estamos à margem de um centro, mas no centro de outra história” (Ramil, 2009, p. 28).

Mesclando as inspirações todas que me trouxeram à elaboração destas falas que tão gentilmente me proporcionaram os convites dos professores Luiz Alex e Márcio Rodrigues, posso encerrar com aquele que, do fundo das veredas do sertão, anunciou para o mundo: “a morte é para os que morrem” (Rosa, 1976, p. 182). Por isso, ainda temos muito o que fazer em nosso campo de estudos e sobre nossos lugares pois, afinal, “o sertão está em toda a parte” (Rosa, 1976, p. 9).

REFERÊNCIAS

Aguiar, R. C. (2000). *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks.



Arouca, S. (1988). Implementação da reforma sanitária através do SUDS. *Saúde em Debate*, 49-54.

Bomfim, M. (2005). *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro : Topbooks.

Brasil. (2017). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de gestão do exercício de 2016*. Recuperado em 11 janeiro, 2018, de: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/acessoainformacao/Relatorio_de_Gestao_CAPES_2016.pdf.

Carvalho, C. A., Goulart, S., & Amantino-de-Andrade, J. (2005). Internacionalização subordinada. É possível subverter as regras do jogo! *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Brasília, DF, Brasil, XXIX.

Carvalho, C. A. & Vieira, M. M. F. (2003). Algo está podre no reino da Dinamarca. *Organizações & Sociedade*, 10(26), 185-187.

Conasems (2007). Saúde e Democracia: reflexão acadêmica e ação política: depoimento de Sérgio Arouca. In: CONASEMS. *Movimento sanitário brasileiro na*

década de 70: a participação das universidades e dos municípios: memórias (pp. 43-58). Brasília: CONASEMS.

Coutinho, C. N. (2011). Os intelectuais e a organização da cultura. In: C. N. Coutinho *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas* (4a ed.) (pp. 13-33). São Paulo: Expressão Popular.

Freire, P. (1993). O compromisso do profissional com a sociedade. In: P. Freire *Educação e mudança* (pp. 15-25). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gramsci, A. (2007). *Cadernos do cárcere* (3a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Guerreiro Ramos, A. (1996). *A redução sociológica* (3a ed.). Rio de Janeiro: UFRJ.

Guimarães Rosa, J. (1976). *Grande sertão: veredas* (11a ed.). Rio de Janeiro: J. Olympio.

Micsoczky, M. C. & Goulart, S. (2011). Viver as contradições e tornar-se sujeito na produção social de nosso espaço de práticas. *Organizações & Sociedade*, 18(58), 555-560.

Mueller, S. P. M. (2006). A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*, 35(2), 27-38.



Ramil, V. (2009). *A estética do frio: conferência de Genebra*. Pelotas: Satolep.

Ribeiro, D. (2009). O destino nacional. In: D. Ribeiro. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (pp. 446-455). São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, D. (2005). Manoel Bomfim, antropólogo. In: M. Bomfim. *A América Latina: males de origem* (pp. 11-22). Rio de Janeiro: Topbooks.

Ribeiro, D. (1986). *Universidade para quê?* Brasília: UnB.

Tonelli, M. J. (2016). Novamente a questão do lugar: local, global ou glocal? *Revista de Administração de Empresas*, 53(3), 265.

UnB. (2016). *História*. Recuperado em 1 junho, 2016, de: <https://www.unb.br/a-unb/historia>.

O conhecimento local: produção, desafios e embates

Resumo

Atendendo a um convite da editorial, a autora traça um panorama em torno da necessidade de problematização do conhecimento local. Para isso, discorre sobre sua produção, os desafios envolvidos, e os embates necessários no caminho do conhecimento local.

Palavras-chave

Conhecimento local. Produção de conhecimento local. Desafios do conhecimento local.

The local knowledge: production, challenges and clashes

Abstract

Answering to an editorial invitation, author elaborates a background surrounding the need of problematizing local knowledge. To reach this goal, she discuss local knowledge production, challenges associated, and necessary struggles in local knowledge pathway.

keywords

Local knowledge. Production of local knowledge. Challenges of local knowledge.

El conocimiento local: producción, desafíos y choques

Resumen

Respondiendo a una invitación de la redacción, la autora traza un panorama en torno a la necesidad de la problematización del conocimiento local. Para eso, ella discurre sobre su producción, los desafíos asociados, e los embates necesarios en el camino del conocimiento local.

Palabras clave

Conocimiento local. Producción de conocimiento local. Desafíos del conocimiento local.

Autoria

Sueli Goulart

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco.
Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<http://lattes.cnpq.br/0298247513754584>. <https://orcid.org/0000-0002-4654-6303>. E-mail: sueli.goulart@ufrgs.br.

Endereço para correspondência

Sueli Goulart. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. Rua Washington Luiz, 855, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP: 90010-283. Telefone: (51) 3308-3345.

Como citar esta contribuição

Goulart, S. (2018). O conhecimento local: produção, desafios e embates. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(12), 268-296.

Contribuição Submetida em 22 jan. 2018. Aprovada em 25 jan. 2018. Publicada online em 21 maio 2018. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

